

JOÃO RIBEIRO E O OFÍCIO DO HISTORIADOR: SEUS LEITORES, SUAS PRESCRIÇÕES

Itamar Freitas

Doutorando pelo EHPS/PUC-SP

UFS/PROCAD

O “ser” historiador realiza-se pela auto-definição e pelo reconhecimento dos seus pares, velha lição de Lévy-Strauss (1977), ainda válida em tempos pós-modernos. Para a História da Historiografia, nem sempre esses dois critérios andam juntos. Vez por outra, o reconhecimento do analista substitui o primeiro ou o segundo parâmetro (o que é plenamente aceitável), e determinadas obras, com seus respectivos autores, desaparecem por décadas, dando origem às mais criativas especulações sobre os motivos. Ocorre que as regras do ofício mudam e os analistas também. Novos leitores estabelecem diferentes classificações e o reconhecimento de determinada obra se efetiva com grande alarde, mesmo dezenas de anos após o seu lançamento. Isso é o que aconteceu com Manuel Bonfim e a sua *América Latina*. O caso pode se dar novamente com a *História do Brasil* de João Ribeiro. Este artigo não quer apresentar previsões e nem denunciar injustiças da crítica historiográfica. Ele apenas estimula reflexões sobre os processos de ressignificação dos objetos e das abordagens do ofício do historiador, tendo como fontes os novos leitores da *História do Brasil* de João Ribeiro (1900) e as prescrições desse mesmo João Ribeiro sobre os modos de se escrever a história do Brasil.

Leitores da *História do Brasil*

O livro *História do Brasil*, do polígrafo João Ribeiro foi lançado há cento e dois anos no emblemático 1900, no bojo das comemorações do quarto centenário. Para além desse marco memorialístico, o início dos novecentos era também um período de "desprestígio" para a disciplina escolar História do Brasil que voltava a ser lecionada dentro da História universal, no então Ginásio Nacional (Gasparello, 2002, p. 91).

O "livrinho, como assim referia-se o autor, foi vendido aos milhares em três versões: ensino primário e secundário, ensino primário, e ensino superior. Juntamente com outros títulos, *História Antiga* (1892), *História Universal* (1918), e *História da Civilização* (1932), a *História do Brasil* – notadamente a dedicada ao curso superior, que em 1960 circulava em sua 17ª edição – ajudou a sedimentar, de forma lateral, a imagem do laranjeirense nos anais da historiografia brasileira.

Essa marginalidade se deve à relativa indiferença que sustentam os historiadores da historiografia acerca dos livros em forma didática. Não obstante, o velho manual de 1900 tem chamado a atenção de alguns leitores especializados em assuntos relativos à história da leitura, dos livros e das disciplinas escolares. É, também, a partir desses novos leitores, colhidos em programas de pós-graduação em Educação e História, que os critérios responsáveis pela canonização e marginalização de obras e autores costumam ser repensados, como soe acontecer na comunidade de historiadores de qualquer país.

A primeira leitura – *Senhores da História* – é a tese de doutorado do mineiro Ciro Bandeira de Melo (1997). Nesse trabalho, são estudadas, em perspectiva comparativa, as *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo (1860) e a *História do Brasil*, de João Ribeiro (1900). Quis o autor, entre outros objetivos, verificar duas formas de construção do Brasil através da escrita didática (do exame da periodização e das temáticas) em períodos marcadamente diferenciados. Daí as conclusões a que chegou sobre a obra de Macedo: um manual que definia o Brasil sob o ponto de vista da monarquia, que via nesse regime um fato natural; uma concepção ciceroniana da História que teve repercussão reduzida nos círculos historiográficos, embora o seu autor tenha se transformado no grande divulgador e simplificador do trabalho de Francisco Adolfo Varnhagen.

Para o laranjeirense, Ciro de Melo reserva os maiores encômios. Diferentemente do professor Macedo, afirma o analista, João Ribeiro desenhou a longa marcha evolutiva do seu povo em direção à independência. A República era o regime definitivo. O cidadão era a razão última do processo educativo e, mais importante ainda, era o presente que dominaria o passado em sua história. Melo também esclarece que o fato de João Ribeiro romper a cronologia rígida e adotar uma postura sintética e interpretativa sobre a experiência brasileira teria contribuído bastante para a permanência da sua obra em, pelo menos, duas instâncias. A primeira – no ensino primário e secundário –, pode ser constatada a partir da reedição dos seus compêndios até a segunda metade do século XX ou mesmo na estrutura de obras didáticas produzidas nesse mesmo período. A outra demonstração da sua "permanência" está nas citações encontráveis em algumas das mais significativas interpretações do Brasil com grande repercussão na primeira metade do século passado: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre e *A Cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo. Isso sem mencionar a contribuição de João Ribeiro no clássico *Raízes do Brasil*. Segundo Maria Odila Leite da Silva, era desejo de Sérgio Buarque de Holanda "perseguir as tendências historicistas que discernia na obra de João Ribeiro" (Silva, 1985, p. 13).

Essa "inclusão de João Ribeiro num cânon dos grandes historiadores brasileiros" também chamou a atenção de Patrícia Hansen (2000), autora de *Feições e fisionomia: a História do Brasil* de João Ribeiro. A repercussão do livro didático, que no parecer de Manuel Cícero (1913) "instrui a

adolescência e orienta os historiadores provectoros", pode ser explicada pela opção do historiador sergipano em adotar uma "pedagogia de formação do professor de História do Brasil, cuja prática, nesse momento, parece confundir-se em muitos aspectos com a do historiador" (Hansen, 2000, p. 128). Os recursos dessa nova pedagogia foram o método de organização dos conteúdos e a utilização de tipos gráficos (letras) com duas dimensões: o maior, descritivo, factual, destinado à leitura do aluno; o menor, explicativo, causal, crítico, dirigido ao trabalho do professor e (de forma direta ou indireta) ao aluno. Essas inovações instituídas por João Ribeiro são situadas no momento em que a produção historiográfica migra do IHGB – enfraquecido financeiramente no regime republicano - para os jornais e para o Colégio Pedro II, ensejando mais um movimento de autonomia desse campo disciplinar, tanto em relação à literatura como em relação à tutela exercida pelo Estado.

Uma outra pedagogia experimentada através do manual, destacada pela autora, foi a idéia de "formação do cidadão". "Dado o estado de desmoralização em que o país se encontrava, tratava-se de formar um escol preparado para 'subjugar' e 'dirigir' o povo imaturo representado pelo mameluco, cuja 'psicologia' era vista pelo autor como responsável por aquele estado de coisas." Aqui, novamente, verifica-se um deslocamento da história política para a história da cultura; do Estado, como categoria central, para o povo. E essa operação, exemplificada com o manual de João Ribeiro, é demonstrada por Patrícia Hansen, através de aproximações entre aspectos da obra do mestre João e dos historiadores alemães Jacob Burchardt e Gustav Freytag, membros do movimento da **Kulturgeschichte**. Ao final da obra, a autora anuncia que essas duas pedagogias são complementares, "pois se o sentido 'moral' da pedagogia voltada para a formação do cidadão se realizava com o texto que o aluno não era obrigado a ler, esta 'direção' era dada ao 'mestre inteligente', ainda que, dizia [Araripe Júnior], o professor tivesse a possibilidade de 'modificá-la' desde que tivesse conseguido fazer sua própria crítica 'sobre documentos originais' " (Hansen: 2000, 128)¹.

Em 2002, de modo não exclusivo, Arlette Medeiros Gasparelo ocupou-se do mesmo livro em sua tese doutoral. Propunha-se compreender o sentido de nação e de nacionalidade expresso nos textos didáticos de História do Colégio Pedro II, entre 1848 e 1920, e, em tal sentido, alguns aspectos singulares do velho manual de História do Brasil foram ressaltados pela autora. A primeira inovação instituída pelo mestre configurou-se na apresentação de uma "sinopse geral", com os principais temas da unidade. A segunda, bem mais relevante, diz respeito ao plano geral da obra. Os assuntos foram agrupados por unidades e não por "pontos" ou "lições", como era hábito entre os autores de compêndios. Essa estratégia libertou a matéria da cronologia rigorosa e produziu um novo sentido (ou um sentido) para os dados históricos. Isso ocorreu, entretanto, sem prejuízos para o acompanhamento do programa oficial da instituição.

A segunda inovação apontada pela autora refere-se a uma questão de legibilidade textual, também abordada pelos dois especialistas que a precederam. João Ribeiro orientou o emprego de fontes com dimensões diferentes dentro da mesma página para difundir o conteúdo projetado. “Os textos em tipos menores constituem uma espécie de leitura complementar e que acompanham os textos principais. Estes, mais narrativos, referem-se à objetividade dos fatos. Os de tipo menor são ensaios interpretativos e que mais acentuadamente revelam as posições e concepções teóricas do autor” (Gasparelo, 2002, p. 229). Duas indicações de leitores e leituras, portanto, articuladas na mesma obra. A autora afirma também que essa inovação tipográfica vai fazer escola nos livros de “leitura complementar” que servem “para o aprofundamento e ou questionamento de temas relativos ao texto principal” (idem, p. 230).

As leituras desses três últimos trabalhos científicos sobre a *História do Brasil* de João Ribeiro não superam as apropriações dos leitores e analistas da mesma obra no início da segunda metade do século XX. Ainda é relevante colher as considerações, por exemplo, de Fernando Iglésias (2000) sobre a “filosofia da história” adotada por João Ribeiro, da nova proposta de organização dos conteúdos (Iglesias, p. 71 e 147); da preocupação de José Honório Rodrigues (1969) com a forma de periodizar, com os rasgos interpretativos e a identificação dos “sentimentos característicos” de cada núcleo formador da nacionalidade (Rodrigues, p. 138-139). Todavia, não obstante, as diferenças de problemáticas e planos dos pós-graduandos, as leituras da *História do Brasil* têm resultado em alguns novos conceitos acerca do projeto (ou não projeto) político de João Ribeiro em relação ao Brasil, da sua idéia de história e de historiografia, da sua representação sobre o professor do ensino secundário e, conseqüentemente, das finalidades e das práticas do ofício do historiador. Há consenso entre os leitores sobre a sua opção extremamente crítica em relação à República. Isso implicou na elaboração de uma espécie de filosofia da história que compreendia o “povo” brasileiro como vocacionado para a liberdade, para a independência, para a constituição de um tipo novo, distanciado da herança ibérica. Também implicou no deslocamento da idéia de historiografia para uma atividade orientada pela compreensão do presente como disciplinador do passado, e não o contrário; no distanciamento da escrita que refletia o árido e penoso trabalho dos arquivos – enformado na produção erudita – para uma composição eminentemente sintética e interpretativa da experiência brasileira.

Essas leituras da *História do Brasil*, cem anos após o seu lançamento, também estão marcadas por uma nova atitude do historiador diante da fonte livro. É marcante a viragem metodológica operada por Roger Chartier na distinção entre o “texto” e o “impresso”, enfatizando o exame dos dispositivos de leitura característicos do autor, do editor e/ou do tipógrafo. Daí, a assertiva de José Carlos Reis (1999) ganhar bastante visibilidade nesse exemplo sobre João Ribeiro: a História (nesse caso, da Historiografia) é reescrita por duas simples razões: o seu objeto é temporal, e os quadros

humanos e teórico-metodológicos estão sempre em mutação. Aplicada às novas leituras do manual centenário, a assertiva de José Reis pode parecer um truísmo. Mas, é preciso que ela seja lembrada, constantemente. Aliás, não deixa de ser um prazeroso exercício historiográfico voltar a outros tempos, como os de João Ribeiro, e investigar as regras dominantes que definiam o historiador como um **canon**. Para tanto, não é preciso ir muito longe. Basta perguntar ao próprio João Ribeiro. Ele foi um leitor voraz de História do Brasil. Um leitor autorizado por sua poligrafia. No seu rastro de leituras e comentários, é possível colher as principais regras do ofício que ele contribuiu para sedimentar. Perguntemos, então, o que é ser um historiador e qual a ética ideal para se construir um bom livro de História.

Com se escreve História?

Essa questão foi respondida por João Ribeiro ao longo de décadas de 1880 a 1930, por meio das resenhas veiculadas em *O Imparcial*, no *Jornal do Brasil*, e no *Almanaque Garnier*. Os artigos foram recolhidos por Múcio Leão e editados pela Academia Brasileira de Letras em 1961. São textos que tratam de cento e trinta e seis obras produzidas por aproximadamente setenta autores e publicadas entre 1627 e 1934. Os gêneros comentados abrangem a biografia, romance histórico, ensaio histórico, ensaio sociológico, historiografia episódica, anedótica e estudos de síntese sobre a história do Brasil.

O interesse que me acompanhou durante a leitura, além de sorver das informações biobibliográficas prestadas por João Ribeiro, foi saber o que era exigido de uma obra historiográfica e de um historiador, na palavra desse que foi um dos principais “consagradores de carreiras” do século XX. Mas, o que disse nosso autor acerca de tais obras? Os comentários de João Ribeiro não têm início ou fim característico. Não é possível estabelecer uma grade diplomática. A escrita não permite a “extração” de um “modelo ideal”. Variados são os motivos utilizados por João Ribeiro para desenvolver o parágrafo inicial: um comentário sobre o autor; uma conversa com o leitor; uma descrição de gênero; uma divagação sobre um fato cotidiano... etc. O corpo do texto, sempre breve, devido à natureza do veículo, pode conter longas avaliações sobre a vida literária do autor, ou mesmo, como era de costume, um verdadeiro roubo do tema por parte do analista. Quando isso acontece, João Ribeiro derrama-se em erudição, atualizando a bibliografia, emitindo parecer sobre o fato narrado. No imprevisível final da resenha, podemos encontrar as tradicionais indicações, aconselhamentos à leitura da obra em análise, bem como as declarações enfáticas de seu afeto por determinado autor. João Ribeiro também pode simplesmente concluir a peça com um irônico “é bem verdade...”

No conjunto dos textos, a ênfase dos seus comentários e os parâmetros em que se ancora são orientados por uma teoria do conhecimento que tem como postulados principais a busca pela objetividade e a ética da imparcialidade.

A objetividade deve aqui ser entendida como sinônimo de positividade, no sentido baconiano. Ela constituía-se em apreender a verdade histórica através de métodos específicos. A verdade, por sua vez, estaria escondida ou embaralhada em um determinado **corpus** documental. O ideal de objetividade científica prescreveria uma regra básica: a separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Essa empiria extremada, a crença de que o historiador poderia chegar à “verdade dos fatos”, pode ser claramente constatada na crítica de João Ribeiro.

Exemplo do que afirmo está na constante utilização de determinados verbos como “descobrir” e “restituir”. Não é fortuito que João Ribeiro tenha rotulado os historiadores Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia como “arqueólogos da história”. Com igual função, metaforizou o trabalho do historiador, empregando os termos arqueologia e escavação. Se pudéssemos estender a sua figuração, diríamos: o historiador trabalha estratigraficamente, revolvendo camadas de entulhos, até reconstituir ações e cenários distantes no tempo.

O documento textual é a fonte por excelência desse tipo de conhecimento. Os documentos estão repletos de impurezas, são tendenciosos, contraditórios e necessitam de um trabalho crítico que visa, simplesmente, extrair a verdade histórica: a verdade é o “princípio axiomático de todo historiador”. Para João Ribeiro, portanto, o valor da obra criticada é proporcional aos cuidados que toma o seu autor ao reunir substanciosas fontes, organizá-las e criticá-las competentemente. Entretanto, a boa crítica (a crítica histórica) exige do historiador um outro atributo tão importante quanto à paciência, perseverança, curiosidade, e espírito investigativo. É preciso ser justo, e justiça só se concebe com isenção. É preciso ser sincero e desprovido de paixões momentâneas no ato da análise dos documentos e nas tarefas de generalização (síntese).

A fixação da imparcialidade como atributo fundamental acaba por apresentar limites ao próprio trabalho do historiador. Um exemplo: João Ribeiro afirma ser inviável a produção de histórias contemporâneas. Segundo o crítico, não há tempo hábil para um distanciamento, um julgamento seguro, longe do calor dos acontecimentos. Deve-se conhecer a contribuição e os benefícios dos atores envolvidos em determinado evento, traço que somente o tempo poderá mostrar. Por isso, os autores que se aventuraram a narrar as revoltas tenentistas e a Revolução de 1930 são frequentemente perdoados pelo mestre João Ribeiro, devido aos deslizos de exatidão e parcialidades verificados.

Todavia, em aparente paradoxo, o nosso crítico também orienta o seu comentário para uma questão tipicamente impressionista que é ato de sentir, a questão do prazer. Sob esse aspecto, é a

relação obra-leitor que o interessa de perto. É a capacidade que tem o autor de suscitar fantasias, de estimulá-lo a prosseguir a leitura. É, sem nenhum exagero, a capacidade de fazer ressurgir personagens, eventos e cenários na mente do leitor que é cobrada do historiador criticado. Em tal sentido, ganham relevo as considerações acerca do estilo empregado: tem que ser leve, sem ênfase literária. Deve-se evitar as expressões pedantes, os barbarismos, os tecnicismos. A linguagem, segundo o nosso crítico, deve ser simples e elegante. A narrativa tem que ser estimulante e a argumentação bastante convincente.

O historiador também deve ser cobrado pelo uso que faz da imaginação. Ideal é que o texto seja temperado com doses moderadas de fantasia. E é justamente essa dosagem, para mais ou para menos, entre verdade e fantasia, que vai levar o texto a ser classificado por João Ribeiro como literatura **stricto sensu** ou como obra de historiografia.

Findo o trabalho de análise das resenhas sobre História do Brasil, deparei-me com um inventário das opiniões mais recorrentes do mestre. Um considerável conjunto de preceitos sobre ofício. Verdadeiros mandamentos de uma ética para o historiador do período. Diante do material inventariado, tomei a liberdade de “costurar” e organizar as bases de um texto talvez pensado, embora nunca escrito por João Ribeiro. O resultado dessa reescrita, apresentada nos parágrafos a seguir, bem poderia receber o título de “Como se escreve a História: por João Ribeiro”.

Para escrever História é preciso aliar qualidades de historiador e de escritor. Do primeiro são fundamentais a erudição histórica, a agudeza da crítica, a imaginação, o trabalho metódico, a imparcialidade e a busca pela verdade. A primeira delas é a erudição, a melhor amiga e a pior inimiga da História. Os documentos são a parte crítica indispensável ao historiador consciencioso; formam o alicerce das suas conclusões e demonstram a verdade e segurança da síntese, mas, em geral, embaraçam, entorpecem e interrompem a leitura. A documentação deve, pois, ser elíptica e separada; como na pintura deve sentir-se a cor e não deixar muito visível o desenho das linhas.

Outro motivo de cuidado com a documentação: a escrita da História não deve refletir o cotidiano do ofício do historiador, o penoso trabalho em arquivos. Este seco e árido materialismo dos papéis velhos embota a imaginação e impede a comunicação com os vivos. É verdade que os ossos ficam e são, por isso, mais acessíveis. Todavia, o passado não deve ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma.

Mas, não é só reunindo materiais e documentos que se excede a missão proletária dos chamados “pesquisadores”. Pode só escrever História quem, pela imaginação, possui o Dom de ressurgir as coisas mortas, de as fazer viver e aceitar os vivos. Quanto aos métodos, todos são válidos porque a história em tudo se derrama e tanto vale colhê-la na biografia como na multidão e no conjunto nacional. As filosofias da História servem-se da mesma prescrição. Para o

esclarecimento do imprevisível tanto vale o dedo da Providência como a lei dos três estados ou a função econômica de Marx.

Dos principais atributos do historiador são ainda fundamentais a imparcialidade e o gosto pela incessante busca da verdade. Certamente há momentos em que a imparcialidade torna-se quase impossível. O período em que o Brasil envolveu-se na Primeira Guerra Mundial é um exemplo. Mas, o esforço pela serena apreciação das coisas deve ser permanente. Nem mesmo o patriotismo deve perturbar o julgamento dos participantes dos acontecimentos a serem narrados.

A imparcialidade do historiador leva-o à verdade dos fatos. A verdade é um enigma, uma esfinge indecifrável. Mas, é sempre possível chegar às suas cercanias, quando se tem a serenidade de espírito que é necessária para penetrar no dédalo e labirinto das coisas escritas e as que deixaram de escrever. A verdade é o princípio axiomático do historiador. É sempre útil pesquisá-la, ainda as inúteis. Quaisquer que sejam os percalços da verdade, convém dizê-la sem orgulho, mas sem temor. O escritor honesto e puro nada tem que perder no juízo dos pósteros.

Das qualidades de escritor, as principais são a agudeza, o engenho e a experiência de narrar com vivo interesse os fatos e os sucessos daquele momento histórico. O estilo e a linguagem são ainda mais importantes. O estilo do historiador deve ser grave e medido, embora não se deva tomar como exemplo o barão do Rio Branco, excessivamente prático, quase teórico comercial ou matemático. Da mesma forma, há que fugir-se ao estilo de Alberto Rangel: adjetivação excessiva, neologismos sem conta, preciosismo de expressões, esdrúxulo e furioso. Na verdade, o grande mal a ser evitado é mesmo o gongorismo: um abuso que degenera em mau gosto e arrasta inúmeros discípulos. É uma pena que essa herança portuguesa rapidamente tenha se alastrado entre os historiadores brasileiros. Ao ler pela rama os nossos velhos livros de História, nada comove mais que as hipérboles ou a exaltação dos cronistas. Nessas obras, os mais encolhidos e insignificantes gestos avultam como façanhas homéricas. Parece-nos sempre estar presente aos discursos da Academia dos Singulares, do Progresso, dos Anônimos. O gongorismo deve ser banido da escrita do historiador.

Se se quer um bom exemplo de expressão, deve-se imitar o estilo elegante e claro de Souza Doca e de Viriato Correia; o estilo vivo e brilhante de Paulo Duarte; claro e ameno de Tarquínio de Souza; terso, medido e harmonioso como o de Tobias Monteiro. Enfim, para escrever um bom livro, o historiador deve excluir a ênfase, a tortura da expressão, os circunlóquios inúteis e os arcaísmos de pura afetação. Deve proceder com grande lucidez, pondo em proveito os fatos conhecidos, sistematizando-os com singeleza na narrativa, com elegância na forma e solidez na substância, de modo a persuadir e convencer a todos os tipos de leitor.

Nota:

1 - Os grifos são da autora. Os termos destacados foram utilizados por João Ribeiro.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em história) – Departamento de História, Universidade de São Paulo.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. *Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838/1920)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HANSEN, Patrícia. *Feições e fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LEÃO, Múcio. *João Ribeiro: estudos críticos*. Rio de Janeiro: Editorial Alba, 1934.

_____. *Obras de João Ribeiro: crítica (historiadores)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1961.

LÉVI-STRAUSS, Claude. In: *L'identité: Séminaire dirigé par C. Lévy-Strauss*. Paris: Bernard Gasset, 1977.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2 ED. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

RIBEIRO, *História do Brasil: curso superior*. 16 ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, [19--].

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

Listagem das resenhas de João Ribeiro

Autor da obra resenhada/Título da resenha/Ano de publicação da resenha

Ramiz Galvão - "Biografia de Fr. C. Monserrate" - 1897

- Frei Vicente do Salvador - *História do Brasil* - 1889
Oliveira Lima - *D. João VI no Brasil* - 1911
Oliveira Lima - *A Sorbonne e o Brasil* - 1912
Dantas Barreto - *A destruição de Canudos* - 1914
Tavares de Lira - *Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte* - 1913
Barão do Rio Branco - *O monumento a Rio Branco* - 1914
Alberto Rangel - *D. Pedro I e a Marquesa de Santos* - 1917
Oliveira Lima - *A Revolução de 1817* - 1917
Pedro de Cordoba - *Alerta* - 1917
Barão do Rio Branco - *As efemérides brasileiras* - 1918
Osório Duque Estrada - *História do Brasil* - 1918
Martim Francisco - *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* - 1918
Diogo de Vasconcelos - *História de média de Minas Gerais* - 1918
Gonçalves Maia - *Uma data histórica* - 1918
Washington Luiz - *A capitania de São Paulo* - 1918
Joaquim Nabuco - *A vida de Joaquim Nabuco* - 1929
Sousa Doca - *Causas da guerra com o Paraguai* - 1919
Santos Neto - *Os postulados da guerra* - 1920
Viriato Correa - *Contos da história do Brasil* - 1921
Braz do Amaral - *Discursos e conferências* - 1921
Mario Pinto Serva - *A Alemanha saqueada* - 1921
Elísio de Carvalho - *Brava gente* - 1921
Braz do Amaral - *AS memórias de Acioli* - 1922
Oliveira Lima - *A história da civilização* - 1922
Lauro Müller - *A República o Brasil* - 1922
Braz do Amaral - *As cartas soteropolitanas* - 1922
F. A. Varnhagen - *A história geral do Brasil* - 1927
Capistrano de Abreu - *As cartas de Capistrano I* - 1927
Rocha Pombo - *Várias histórias do Brasil* - 1927
Alberto de Faria - *Mauá, 1813/1889* - 1927
Tobias Monteiro - *História do Império* - 1927
Afonso de Taunay - *Índios! ouro! Pedras!* - 1927
Adauto Castelo Branco - *Catanduvas* - 1927
João de Talma - *Da fornalha de Nabucodonosor* - 1927
Afonso de Taunay - *História seiscentista de São Paulo* - 1927
Calógeras - *A política exterior do Império* - 1927
Eugênio de Castro - *O Diário da navegação* - 1927
Maurício de Lacerda - *Entre duas revoluções* - 1927
Viriato Correia - *O Brasil dos meus avós* - 1927
Viriato Correa - *Bahu velho* - 1927
Catálogo da biblioteca de Oliveira Lima - 1927
Humberto de Campos - *O Brasil anedótico* - 1927
Maria Junqueira Schmidt - *Amélia de Leuchetenberg* - 1928
Max Fleiuss - *Páginas Brasileiras* - 1928
Padre Madureira - *A liberdade dos índios* - 1928
Viriato Correa - *A Balaiada* - 1928
Gustavo Barroso - *A Guerra do Lopez* - 1928
Calógeras - *Problemas de Governo* - 1928
Pedro Calmon - *História da Bahia* - 1929
Alberto Lamego - *A terra goitacá* - 1929
Barbosa Lima Sobrinho - *Pernambuco e o São Francisco* - 1929
Gustavo Barroso - *A Guerra do Rosas* - 1929

- Sousa Doca - *A Convenção Preliminar de Paz* - 1929
Carlos Sussekind de Mendonça - *Quem foi Pedro II* - 1929
Capistrano de Abreu - *O descobrimento do Brasil* - 1930
Eduardo Prado (org.) - *A Visitação do Santo Ofício* - 1930
Barão do Rio Branco - *A História do Brasil* - 1930
Osvaldo Orico - *O demônio da Regência* - 1930
F. A. Varnhagen - *História do Brasil* (3ª edição) - 1930
Calógeras - *Res nostra* - 1930
Capistrano de Abreu - *Ensaaios e Estudos* - 1931
Rodrigo Otávio - *Alexandre de Gusmão e o sentimento americano* - 1931
Gustavo Barroso - *A Guerra de Artigas* - 1931
Heitor Moniz - *Na Côrte de Pedro II* - 1931
Barbosa Lima Sobrinho - *Ensaio sobre o devassamento do Piauí* - 1931
Barbosa Lima Sobrinho - *A Bahia e o rio São Francisco* - 1931
Capistrano de Abreu - *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* - 1931
Gustavo Barroso - *O Brasil em face do Prata* - 1931
Otávio Tarquínio de Souza - *A mentalidade da Constituinte* - 1931
Virgílio de Melo Franco - *Outubro de 1930* - 1931
Azevedo Lima - *DA caserna ao cárcere* - 1931
Aureliano Leite - *memórias de um revolucionário* - 1931
Paulo Duarte - *O que é que há?* - 1931
Osvaldo Orico - *O tigre da abolição* - 1931
Souza Doca - *O Brasil no rio da Prata* - 1931
Matos Pimenta - *Um grito de alarma no tumulto da revolução* - 1931
Souza Doca - *O Brasil no Prata, 1815/1828: ocupação da banda oriental* - 1931
Rubey Wanderley - *A expiação* 1931
Handelmann - [*História do Brasil*] - 1931
Lindolfo Câmara - *Na República Velha* - 1931
Humberto de Campos - *Memórias* - 1932
D. Pedro II - *Poesias completas de Pedro II* - 1931
Vivaldo Coaracy - *O caso de São Paulo* - 1931
F. A. Varnhagen - *História do Brasil* (3º tomo) - 1932
C. Mota Filho - *Uma grande vida* - 1932
Sertório de Castro - *A República que a Revolução destruiu* - 1932
Viriato Correa - *Gaveta de Sapateiro*
Argeu Guimarães - *Vida e morte de Natividade Saldanha, 1796/1832* - 1932
Leven Vampré - *São Paulo, terra conquistada* - 1932
Eugênio de Castro - *A expedição de Martim Afonso* - 1932
João Neves da Fontoura - *A jornada liberal* - 1932
Luiz Edmundo - *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* - 1932
Virgínio Santa Rosa - *Desordem* - 1932
Alcebíades Delamare - *Na voz da história* - 1932
Martins de Almeida - *O Brasil errado* - 1932
Hamilton Barata - *O assalto de 1930* - 1932
Viriato Correa - *Mata Galego* - 1933
Gustavo Barroso - *Osório, o Centauro dos Pampas* - 1933
Pedro Calmon - *O rei Cavaleiro* - 1933
Virgínio de Santa Rosa - *O Tenentismo* - 1933
Alfredo Varela - *História da Grande Revolução* - 1933
Max Fleiuss - *Apostilas da história do Brasil* - 1933
Wanderlei Pinho (org.) - *Cartas do Imperador Dom Pedro II ao Barão de Cotegipe* - 1933
Vicente Licínio Cardoso - *À margem da história do Brasil* - 1933

Medeiros e Albuquerque - *Minha vida* - 1933

Barbosa Lima Sobrinho - *A verdade sobre a Revolução de Outubro* - 1933

Marcos Carneiro de Mendonça - *O Intendente Câmara, 1764/1835* - 1933

Gatão Penalva - *O Aleijadinho de Vila Rica* - 1933

Vivaldo Coaracy - *A sala da capela* - 1933

Feo de Carvalho - *Ementário da história mineira* - 1934

Oliveira Lima - *D. Miguel no trono* - 1934

Maria Junqueira Schmidt - *Princesa Maria da Glória* - 1934

Rodolfo Garcia (org.) - *História Geral do Brasil* (2º tomo) - 1934

Rodolfo Garcia (org.) - *A arte de Gramática, de J. de Anchieta* - 1934